CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 62 • Quarta-feira 4 de novembro de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos



FLIPORTO 2026 CELEBRA 21 ANOS

COM PROGRAMAÇÃO DE LITERATURA, TECNOLOGIA E CULTURA POPULAR NO RECIFE

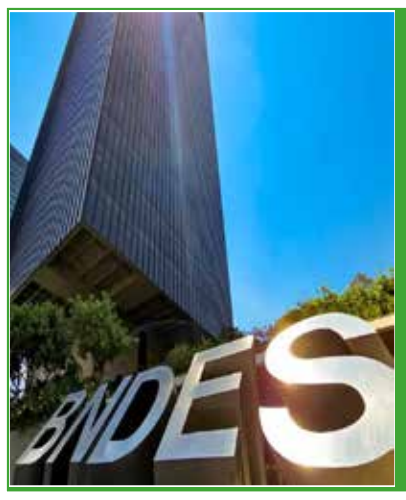


Exposição gratuita reúne obras inspiradas no Movimento Armorial durante a Festa da Vitória Régia, no Recife PÁG. 2



ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

A dívida pública brasileira e a Selic: a tese de André Lara Resende e a necessidade de reestruturar a dívida sem calote PÁG. 4



BNDES abre inscrições para programa que vai acelerar até 100 startups; Nordeste terá prioridade PÁG 3

Inadimplência bate recorde no Brasil e atinge 84,2 milhões de pessoas, aponta Serasa PÁG. 5





Câncer de próstata pode evoluir sem sintomas e dificultar diagnóstico precoce PÁG 3



Fim da escala 6x1 começa em dezembro e pode elevar custos das empresas e preços ao consumidor PÁG 5

Pernambuco tem 3.474 vagas em concursos e seleções; salários chegam a R$ 13,5 mil PÁG. 5



Exposição gratuita reúne obras inspiradas no Movimento Armorial durante a Festa da Vitória Régia, no Recife

Uma exposição gratuita vai levar referências do Movimento Armorial à Festa da Vitória Régia, entre os dias 6 e 8 de novembro, na Praça de Casa Forte, na Zona Norte do Recife. A mostra "Coração Armorial: Diálogos de Sol e Tinta" reúne obras inéditas dos artistas Clóvis Júnior, da Paraíba, e Lucas Suassuna, de Pernambuco.



Inspirados no movimento criado pelo escritor Ariano Suassuna, os trabalhos apresentam elementos do imaginário popular nordestino, com referências a manifestações culturais como o cavalo-marinho e os caboclos de lança. A proposta é aproximar as produções artísticas de Pernambuco e da Paraíba e ampliar o acesso do público às artes visuais.

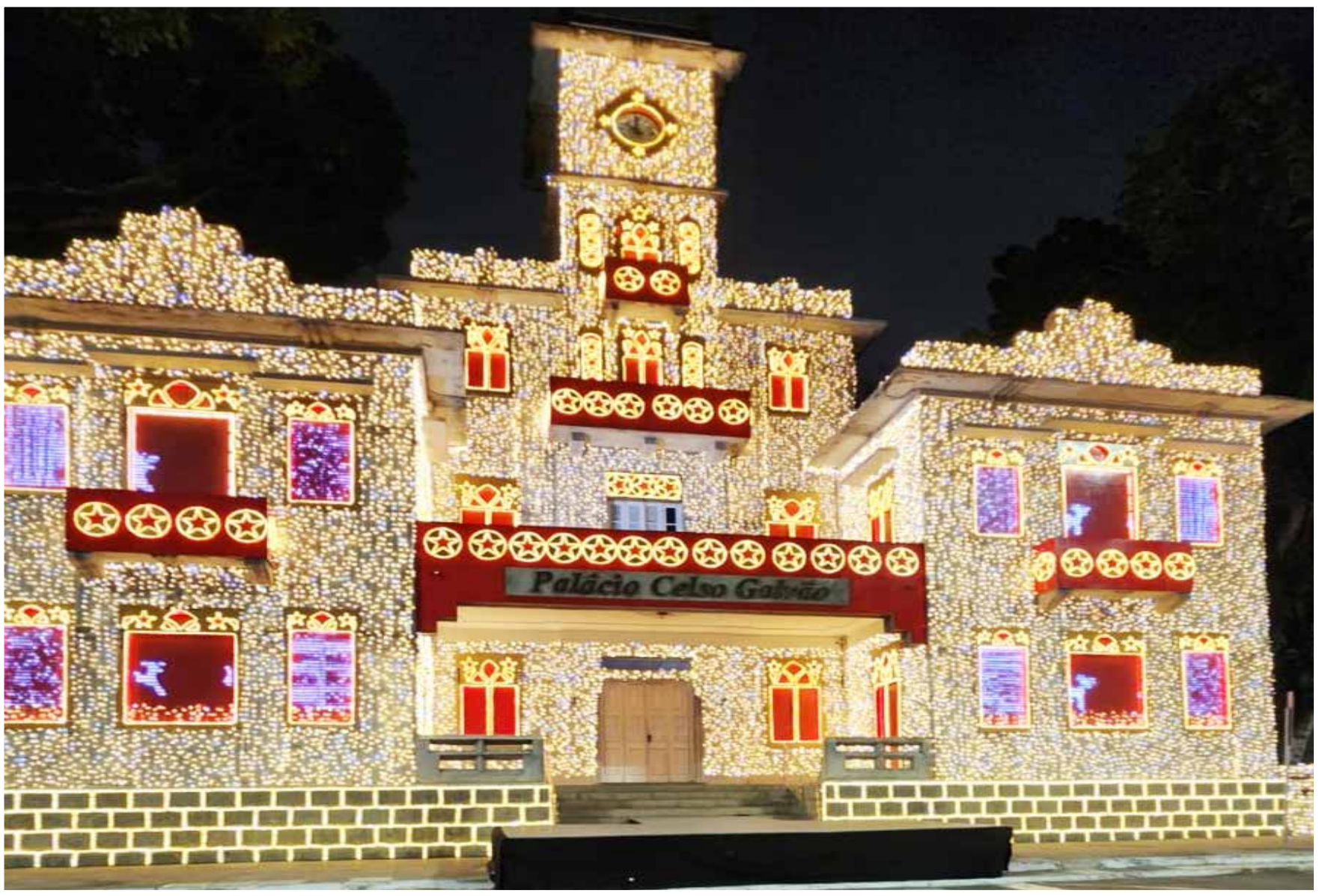
A exposição também integra as ações em torno do centenário de nascimento de Ariano Suassuna. Segundo João Suassuna, neto do escritor e organizador da mostra, levar a arte armorial para uma festa popular permite aproximar o movimento de diferentes públicos, incluindo crianças e famílias. Natural de Guarabira, na Paraíba, Clóvis Júnior é artista autodidata e trabalha com pintura, escultura e gravura. Já Lucas Suassuna nasceu no Recife e desenvolve trabalhos inspirados no universo armorial e na arte popular nordestina.

A mostra faz parte do Movimento Cultura Transforma GGE. Parte da renda obtida com a venda das obras será destinada a ações da Casa da Criança Marcelo Asfora.

Com 48 anos de história, a Festa da Vitória Régia é reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Recife e será realizada de 6 a 8 de novembro, com programação gratuita na Praça de Casa Forte.

Encantos do Natal transforma mais de 20 pontos de Garanhuns com iluminação e atrações gratuitas

A programação do Encantos do Natal 2026 começou na sexta-feira (30) em Garanhuns, no Agreste de Pernambuco. O evento reúne decoração temática em mais de 20 pontos da cidade, entre ruas, praças e avenidas, além de apresentações culturais e atrações gratuitas. As atividades seguem até 11 de janeiro de 2027.



A abertura foi marcada pelo acendimento das luzes natalinas em frente ao Palácio Celso Galvão, sede da Prefeitura. No sábado (31), o Parque Euclides Dourado recebeu a chegada do Papai Noel, que desembarcou de helicóptero durante a tarde. No primeiro fim de semana, moradores e turistas circularam pelos espaços decorados. Entre os locais que receberam ornamentação estão a sede da Prefeitura, a Praça da Fonte Luminosa e o Relógio das Flores, um dos principais cartões-postais do município.

Na Praça da Fonte Luminosa, a decoração inclui estruturas de borboletas gigantes e flores instaladas nas proximidades dos jatos de água. Já no entorno do Relógio das Flores, os elementos natalinos foram integrados à paisagem do espaço turístico.

O evento também atraiu visitantes de outros municípios e estados. Turistas de Sergipe e da Bahia estiveram em Garanhuns durante o primeiro fim de semana e conheceram os espaços preparados para as festividades.

DESFILES E APRESENTAÇÕES CULTURAIS

Além da iluminação, a programação inclui apresentações musicais, cantatas, corais, atividades culturais e espetáculos natalinos. Um dos destaques são os desfiles temáticos, que reúnem personagens, figurinos e coreografias em avenidas da cidade.

As apresentações estão previstas para ocorrer aos sábados, na Avenida Santo Antônio, a partir das 18h30. Aos domingos, os desfiles serão realizados na Avenida Rui Barbosa, com início às 19h30.

A programação também prevê momentos de oração do Pai-Nosso e da Ave-Maria em frente à sede da Prefeitura, além de apresentações musicais distribuídas pelos polos do evento.

Todas as atividades são gratuitas e seguem até 11 de janeiro de 2027. A iniciativa reúne opções de lazer para moradores e visitantes durante o período de festas de fim de ano.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
[redacted] camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

Fliporto 2026 celebra 21 anos com programação de literatura, tecnologia e cultura popular no Recife



A 21ª edição da Festa Literária Internacional de Pernambuco (Fliporto) será realizada de 12 a 15 de novembro, no Recife, com uma programação que reúne literatura, tecnologia, cultura popular e inovação. O poeta pernambucano Marcus Accioly será o homenageado deste ano. O festival terá atividades em diferentes espaços culturais da cidade e contará com a participação de escritores, pesquisadores, artistas e intelectuais.

Um dos destaques será a parceria com o REC'n'Play, festival ligado ao ecossistema de inovação do Porto Digital. Entre os dias 12 e 14 de novembro, o Espaço Fliporto/REC'n'Play, no auditório da Livraria Jaqueira, receberá debates sobre inteligência artificial, educação, mercado editorial, novos formatos de leitura e os impactos da transformação digital na produção cultural.

A programação também contará com a participação do Ministério da Educação (MEC), que apresentará a plataforma MEC Livros, iniciativa voltada à ampliação do acesso digital à literatura. O Instituto Cervantes participará das atividades, contribuindo para o intercâmbio com a literatura de língua espanhola e a produção cultural ibero-americana. O Gabinete Português de Leitura de Pernambuco será um dos principais núcleos da Fliporto Literária, com conferências, mesas temáticas, homenagens e encontros com escritores. Já o Instituto Dom Helder Camara promoverá atividades sobre a vida e o pensamento de Dom Helder, com o tema "Dom Helder, o Pensador e Filósofo da Paz". A programação inclui minicurso, sarau cultural, apresentações artísticas e uma mesa literária no dia 15 de novembro, às 18h, com Marcelo Barros e Félix Filho, sob mediação de Filipe Xavier.

A cultura popular nordestina também terá espaço no festival. A Fliporto Cordel reunirá mais de 20 cordelistas no entorno da Livraria Jaqueira, com atividades de valorização da poesia popular, da tradição oral e dos folhetos de cordel.

Além da programação de novembro, a organização anunciará novos projetos culturais para Pernambuco. Entre eles estão a Biblioteca Digital de Pernambuco, que prevê o uso de ferramentas de inteligência artificial para facilitar o acesso à produção literária do estado; o Museu de Arte de Rua de Pernambuco; e o Clube de Livros Fliporto. Também serão apresentadas as bases do Prêmio Literário Fliporto 2027, que contemplará as categorias conto, poesia e romance.

A coordenação-geral e a curadoria literária são de Antônio Campos. Segundo ele, a edição de 2026 pretende aproximar a trajetória do festival de novas iniciativas culturais, reunindo memória, criação artística e inovação.

A programação completa, com participantes, atividades, horários, locais e patrocinadores, será divulgada no dia 4 de novembro.

BNDES abre inscrições para programa que vai acelerar até 100 startups; Nordeste terá prioridade

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) abriu inscrições para um novo ciclo do programa BNDES Garagem, iniciativa voltada à aceleração de startups e negócios inovadores com impacto socioambiental. A seleção vai contemplar até 100 empreendimentos de todo o país. As inscrições são gratuitas e seguem até 30 de novembro.

O programa oferece suporte técnico em gestão, empreendedorismo e desenvolvimento de negócios, além de aproximar os participantes de investidores, fundos e potenciais parceiros comerciais. Uma das novidades desta edição é o reforço na preparação das empresas para captar recursos e ampliar suas operações.

O edital prevê dois módulos. O de Criação é destinado a iniciativas em estágio inicial, desde a fase de desenvolvimento da ideia até a validação da solução e as primeiras vendas. Já o módulo de Tração atende empresas em funcionamento, com faturamento anual entre R$ 250 mil e R$ 16 milhões, que buscam expandir suas atividades.

Cada módulo terá até 50 vagas. Na primeira etapa, os selecionados participarão de atividades virtuais, com diagnóstico dos negócios, elaboração de planos de ação, encontros coletivos e acompanhamento individualizado. Na segunda fase, 25 empreendimentos de cada módulo avançarão para uma etapa híbrida, com atividades presenciais na sede do BNDES, no Rio de Janeiro, mentorias especializadas e serviços de apoio nas áreas jurídica, contábil e de marketing.

NORDESTE ENTRE AS REGIÕES PRIORITÁRIAS

O edital estabelece que pelo menos 40% dos negócios selecionados sejam das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A medida busca ampliar a participação de empreendimentos dessas localidades no ecossistema nacional de inovação e investimentos.



Nesta edição, terão pontuação adicional as startups que desenvolvam soluções nas áreas de transição energética e descarbonização, bioeconomia, agricultura sustentável, economia azul e recursos hídricos, além de saúde. Negócios de outros segmentos também podem participar.

Soluções voltadas a pessoas com deficiência, periferias e projetos que utilizem inteligência artificial também recebem pontuação extra no processo seletivo.

PREMIAÇÃO E HISTÓRICO

O ciclo será encerrado em agosto de 2027, com um evento no qual os finalistas apresentarão seus negócios a investidores, potenciais clientes e parceiros. O programa prevê até R$ 1 milhão em premiações para os empreendimentos de melhor desempenho.

Criado em 2018, o BNDES Garagem já acelerou mais de 400 startups e negócios inovadores de diferentes regiões do país. No ciclo anterior, os participantes movimentaram mais de R$ 141 milhões em contratos durante o período de aceleração.

A execução do programa ficará a cargo da organização Quintessa, especializada no desenvolvimento de negócios de impacto.

Câncer de próstata pode evoluir sem sintomas e dificultar diagnóstico precoce

O câncer de próstata pode se desenvolver sem apresentar sinais nas fases iniciais. Por isso, muitos homens descobrem a doença apenas quando ela já está em estágio mais avançado. A ausência de sintomas é um dos fatores que dificultam a identificação precoce do tumor e reforçam a importância da atenção à saúde masculina.

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), na fase inicial, a doença costuma ter evolução silenciosa. Quando aparecem, os primeiros sinais podem ser confundidos com alterações benignas da próstata, como dificuldade para urinar, diminuição da força do jato urinário e necessidade de ir ao banheiro com maior frequência, inclusive durante a noite. Em estágios mais avançados, podem surgir sangue na urina, dores ósseas e outros sintomas relacionados à disseminação do tumor. A presença dessas manifestações, entretanto, não significa necessariamente câncer, já que também pode estar associada a outras doenças. A avaliação médica é necessária para identificar a causa.

A idade é um dos principais fatores de risco. O histórico familiar da doença também merece atenção, especialmente quando há casos de câncer de próstata em parentes próximos. Homens negros apresentam maior risco de desenvolver a doença.

O diagnóstico é feito por meio de biópsia, geralmente indicada após alterações identificadas em exames como o PSA, que mede a quantidade de antígeno prostático específico no sangue, e o toque retal. Esses procedimentos ajudam a identificar alterações que precisam de investigação, mas não confirmam isoladamente a presença do câncer.



A discussão sobre exames preventivos em homens sem sintomas envolve diferentes recomendações médicas. O INCA não recomenda o rastreamento populacional de rotina, devido à ausência de evidências de que os benefícios superem os riscos. A orientação é que cada homem converse com um profissional de saúde sobre as vantagens e possíveis consequências dos exames, considerando idade, histórico familiar e fatores individuais.

Quando identificado em fase inicial, o câncer de próstata tem possibilidades de tratamento que podem oferecer bons resultados. As opções incluem cirurgia, radioterapia e, em situações específicas, acompanhamento por vigilância ativa. A escolha depende das características do tumor e das condições de saúde do paciente.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.

A DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA E A SELIC: A TESE DE ANDRÉ LARA RESENDE E A NECESSIDADE DE REESTRUTURAR A DÍVIDA SEM CALOTE

A dívida pública do Brasil continua sendo a grande âncora fiscal, cuja roda sempre gira a favor dos banqueiros credores, enquanto quem paga a conta é o cidadão, contribuinte ou não.

Quando o Brasil capta recursos de forma primária, paga mais barato, mas, quando rola a dívida, paga bem mais caro.

Dívida pública e selic: André Lara Resende tem razão?

O modelo ficou insustentável e a falta de credibilidade da política fiscal contribuiu para uma crise fiscal, com a moeda brasileira entre as que mais se desvalorizaram no mundo em 2024. Quem tinha o equivalente a 100 dólares passou a ter 75 dólares.

A discussão sobre a dívida pública brasileira precisa incorporar uma reflexão fundamental: a relação entre juros, inflação e crescimento econômico. Nesse campo, a tese do economista André Lara Resende merece atenção. Em seus estudos, o economista questiona fundamentos da visão convencional de que juros elevados são sempre o instrumento mais eficaz para controlar a inflação.

A inflação não pode ser compreendida exclusivamente como resultado de um excesso de demanda. A estrutura de custos da economia, a política monetária e a própria dinâmica da dívida pública também precisam ser consideradas.

A manutenção de uma Selic excessivamente elevada encarece o crédito, desestimula investimentos produtivos, compromete o crescimento econômico e aumenta significativamente as despesas do Governo Federal com os juros da dívida pública.

Cada aumento da taxa básica de juros representa uma pressão adicional sobre o orçamento, ampliando a transferência de recursos públicos para os detentores de títulos da dívida.

A redução da Selic, portanto, deve ser considerada parte de uma estratégia mais ampla de reorganização fiscal e econômica, sem perder de vista o controle da inflação, a estabilidade monetária e a necessidade de preservar o poder de compra da população.

A tese de André Lara Resende contribui para esse debate ao questionar se a política de juros elevados, aplicada de maneira prolongada, não acaba agravando os próprios desequilíbrios que pretende combater.

CERCA DE 55% DA DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA VENCE A CURTO PRAZO, EM 24 MESES.

Somos o país que mais paga juros sobre a dívida pública, cerca de R$ 990 bilhões em 2024.

Temos os maiores juros do mundo. Ou seja, o paraíso dos banqueiros credores, que virou um inferno para os brasileiros consumidores. Esse ciclo vicioso não é sustentável e poderá estourar caso não seja adotada uma mudança efetiva de rota.

Ora, temos uma crise fiscal, os maiores juros do mundo, a inflação pressionando, os programas sociais se deteriorando e uma crise cambial. Já dizia o economista Mário Henrique Simonsen: "A inflação aleija e o câmbio mata".

A falta de dólares faz a moeda americana subir, pois investidores e outros agentes econômicos buscam uma porta de saída. É uma crise mais grave que as de 1999 e 2015.

A dívida bruta do Brasil ultrapassou R$ 9 trilhões pela primeira vez na história, em outubro de 2024, crescendo dois trilhões em dois anos. Somou R$ 9,032 trilhões no mês, com alta de 1,16% em relação a setembro e de 14,13% ante outubro de 2023.

O Banco Central divulgou o relatório "Estatísticas Fiscais" em 29 de novembro de 2024.

Ora, o Brasil pode continuar sem enxergar um assunto de tamanha relevância para o destino do país?

Há projeções de que a dívida pública deve chegar a 84,1% do PIB em 2026. Alguns economistas vão argumentar que os Estados Unidos têm uma proporção de dívida ainda maior. Contudo, eles emitem dólares, que possuem uma posição singular na economia mundial.

A crise fiscal fez com que, em dezembro de 2024, saíssem 24 bilhões de dólares do Brasil.

O RECENTE PACOTE FISCAL DO GOVERNO FEDERAL

O recente pacote fiscal do Governo Federal apresenta diversas iniciativas, mas nenhuma delas enfrenta de forma inteligente e técnica a dívida pública. Isso poderia ser feito, inclusive, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, cujo corpo técnico tem conhecimento sobre o assunto.

Existem débitos que podem ser analisados, rolados ou resolvidos de forma a comprimir menos o orçamento público, entre outras questões que precisam ser discutidas.

Na realidade, é um arcabouço fiscal que procura se adequar a uma dívida, sem enfrentar de maneira estrutural o problema.

Cada 1% de aumento na Selic provoca um gasto anual adicional com juros da dívida pública na ordem de R$ 55 bilhões.

Havia previsão de Selic a 15% em 2025 para segurar a inflação. Tal patamar tem um efeito paradoxal e prejudica a economia, dificultando o crescimento do Brasil.

Os gastos com juros e amortizações da dívida pública não fazem parte dos chamados gastos primários e, por isso, não são atingidos pelos cortes previstos no pacote fiscal.

A maior contribuição que o TCU pode oferecer, neste momento, ao Brasil é realizar um estudo aprofundado da dívida, com sugestões ao Governo Federal e ao Banco Central, inclusive para que sobrem recursos destinados às áreas essenciais do país.

RELATÓRIO DO TCU

Nesse sentido, visitei recentemente o Tribunal de Contas da União. Bruno Martinello, diretor da Audfiscal, SecexContas do TCU, informou, após solicitação com base na Lei de Acesso à Informação, que a última posição oficial do órgão sobre a dívida está contida no Acórdão TC 016.094/2024-7.

O documento trata do acompanhamento e da avaliação da gestão da dívida pública no primeiro semestre de 2024. Tem 34 páginas e foi julgado em 12 de março de 2025.

São as seguintes as conclusões e recomendações do TCU nesse acórdão:

9.1. Informar ao presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, em atendimento ao art. 3º da Resolução-TCU 322/2020, as seguintes conclusões do acompanhamento permanente da dívida em relação ao primeiro semestre de 2024:

9.1.1. Os indicadores da dívida pública no primeiro semestre de 2024 se encontravam dentro dos limites estabelecidos pelo Plano Anual de Financiamento, devendo ser destacada a existência de discrepância entre a situação atual e os objetivos de longo prazo, particularmente na gestão da dívida flutuante, no percentual de títulos prefixados e no prazo médio de vencimento da dívida.

9.1.2. Os cenários projetados para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) até 2027, elaborados e apresentados pela Secretaria do Tesouro Nacional no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, não diferiram significativamente da dívida esperada com base nos parâmetros econômicos e fiscais informados nas expectativas de mercado e nos instrumentos de planejamento e orçamento.

9.1.3. Segundo as projeções da LDO/2025, cujos valores são compatíveis com as estimativas feitas nesta fiscalização para a DBGG em 2027, a dívida tende a crescer de 2024 até o final de 2027, devido principalmente aos juros reais, mesmo tendo como premissa o cumprimento estrito das metas fiscais estabelecidas na LDO/2025.

9.1.4. O risco de sustentabilidade da dívida foi considerado moderado até o primeiro semestre de 2024, mitigado pela forte base doméstica de investidores, pela baixa proporção de dívida em moeda estrangeira e pela existência de reserva de liquidez suficiente para cobrir os vencimentos dos títulos da DPF.

9.1.5. A decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou inconstitucional o limite ao pagamento de precatórios permitiu a liberação de R$ 92,4 bilhões para quitação desses passivos, antecipando impactos financeiros inicialmente previstos para 2027.



9.1.6. O aumento do ajuste para perdas em haveres financeiros em 2024 sugere deterioração da exposição fiscal da União relacionada aos contratos de dívida com os demais entes federativos.

9.1.7. O déficit do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) deve crescer de 2,32% do PIB em 2024 para 3,86% até 2050, indicando futuros desafios fiscais para o pagamento das despesas previdenciárias.

9.1.8. A reoneração gradual das contribuições previdenciárias patronais para municípios com até 156.200 habitantes visa equilibrar a necessidade de financiamento do RGPS com a capacidade financeira dos municípios e pode representar risco fiscal.

9.1.9. Houve arrecadação, na execução orçamentária até junho de 2024, via endividamento, que alcançou 36,45% do previsto, e retomada na execução de despesas com juros e amortização, com 64,26% das dotações empenhadas, indicando ajuste em relação aos anos anteriores, em que houve maior grau de não execução.

9.1.10. As emissões diretas de títulos públicos até junho de 2024 representaram 2,73% do total emitido no período, impulsionadas principalmente pelas emissões para o FCVS, que, até junho de 2024, haviam aumentado 79,17% em relação a todo o período de 2023.

9.2. Encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério do Planejamento e Orçamento, ao Ministério da Fazenda, ao Banco Central do Brasil e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

9.3. Encerrar o presente processo, nos termos do art. 169, V, do RITCU.

A leitura do relatório, a análise atenta dos gráficos e as recomendações apresentadas pelo TCU são extremamente preocupantes e reforçam a necessidade de aprofundamento do debate sobre a sustentabilidade da dívida pública brasileira.

EM PASSADO RECENTE

Houve, em passado recente, uma iniciativa de auditoria da dívida pela então ministra Ana Arraes, hoje aposentada.

Não se trata de calote, mas de uma reestruturação inteligente dessa grande dívida interna que contraímos e cuja discussão central não interessa a muitos setores tornar visível.

Esta discussão está no núcleo da questão nacional, sendo a Previdência e seu déficit parte desse contexto.

A sociedade brasileira tem o direito de conhecer sua dívida pública, o que não se confunde com calote. Contudo, é um assunto incômodo para o sistema financeiro.

Em 9 de agosto de 2017, foi publicado o veto do presidente Michel Temer à realização de auditoria da dívida pública com participação de entidades da sociedade civil. A proposta havia sido aprovada na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, por meio de emenda do deputado Cesar Halum (PRB/TO) e destaque do deputado Alan Rick (PRB/AC).

Foi um retrocesso do Governo Temer.

Defendemos uma auditoria da dívida pública para melhor entendê-la e reestruturá-la, evitando seu ciclo vicioso e suas armadilhas. Não defendemos o calote.

Sabemos que os juros elevados, sob a alegação de que controlam a inflação, aumentam essa dívida e engordam os bancos que financiam sua rolagem. A dívida pública tem sido um instrumento de transferência de recursos públicos para o setor financeiro.

A redução da Selic deve integrar essa discussão. Não é razoável pensar em desenvolvimento econômico sustentável quando o custo do dinheiro permanece em patamares tão elevados, comprometendo o crédito, a produção, os investimentos e a capacidade do Estado de financiar políticas públicas.

É necessário discutir uma política monetária que considere não apenas os indicadores de inflação, mas também os efeitos dos juros sobre a dívida pública, o crescimento econômico e a geração de empregos.

Nesse sentido, a reflexão de André Lara Resende sobre juros, moeda e inflação é fundamental. Seu pensamento questiona a visão convencional de que o aumento dos juros é sempre a resposta adequada para combater a inflação. A economia brasileira precisa de um debate técnico, plural e sem dogmas sobre os instrumentos de política monetária.

O livro Juros, Moeda e Ortodoxia, de André Lara Resende, é uma importante leitura sobre o tema dos juros e da inflação.

Em breve, estarei lançando em e-book um livro sobre a matéria, intitulado A Dívida Pública do Governo Federal: um Desafio Necessário. A Crise Fiscal e a Necessidade de Reestruturação da Dívida sem Calote.

O gráfico da dívida segundo a auditoria cidadã da dívida

A Auditoria Cidadã da Dívida (www.auditoriacidada.org.br) é uma instituição que realiza estudos sobre a dívida pública brasileira e publica, todos os anos, um gráfico da situação da dívida, entre outros levantamentos.

Vejamos o gráfico referente a 2023:

Em 2023, os juros e as amortizações da dívida representaram 43,23% do orçamento federal pago. A Previdência Social custou 20,93%.

Ou seja, os encargos da dívida e a Previdência Social somaram 64,16% do orçamento pago em 2023, restando para as demais finalidades apenas 35,84% dos recursos.

Em 2024, tal situação se agravou. Basta observar o relatório citado do TCU.

LÁ FORA

Portugal, Irlanda, França, Grécia e Equador realizaram auditorias de suas dívidas. O trabalho do Equador foi bastante exitoso.

Essas experiências internacionais demonstram que o debate sobre a dívida pública não é uma questão exclusivamente brasileira. Trata-se de um tema que merece análise técnica, transparência e participação da sociedade.

COM A DEVIDA VÊNIA

A auditoria da dívida tem previsão constitucional no artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

A Ordem dos Advogados do Brasil, em 2004, ingressou no Supremo Tribunal Federal com ação (ADPF 59) destinada a obrigar o Congresso Nacional a instalar uma comissão para realizar auditoria da dívida externa.

Qual foi o resultado?

O Colendo STF não considerou o artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 como preceito fundamental capaz de viabilizar a ADPF.

Com a devida vênia, a questão da dívida brasileira, numa interpretação sistemática da Constituição da República, é mais que fundamental. É uma questão urgente, que precisa ser examinada e colocada na pauta nacional, política e jurídica.

Estamos diante de um país com juros estratosféricos e banqueiros que se alimentam dessa dívida, preferindo emprestar ao Governo a financiar o desenvolvimento do país.

Subiu a Selic, banqueiro sorri.

Como alguém vai produzir com uma projeção de Selic a 15%?

Diante do moderno princípio da mutação constitucional, muito conhecido dos juristas alemães, cabe uma nova ação no Supremo Tribunal Federal, por outro viés.

RAPOSA TOMANDO CONTA DO GALINHEIRO

O novo diretor de Política Monetária do Banco Central, Nilton David, era chefe da Tesouraria do Bradesco.

É a raposa tomando conta do galinheiro.

Existe uma iniciativa que envolve diversas entidades que lutam por essa auditoria, cujas atividades podem ser visualizadas e conhecidas no site www.auditoriacidada.org.br, já citado.

Houve uma CPI no Congresso Nacional, em 2010, com voto em separado, ou relatório alternativo, do deputado Ivan Valente (PSOL/SP), apoiado por mais sete membros da comissão e pelas entidades da Auditoria Cidadã da Dívida, com votos em separado de um conjunto de deputados.

OS MAIS DE 203 MILHÕES DE BRASILEIROS

Os mais de 203 milhões de brasileiros são reféns e pagam essa dívida com menos educação, menos saúde, menos segurança, menos investimentos e menos empregos.

A dívida pública é, de longe, um dos maiores compromissos financeiros do governo, consumindo quase R$ 1 trilhão por ano do orçamento público, sendo metade apenas para o pagamento de juros.

O princípio da transparência e o direito de acesso à informação, assegurados pela Lei de Acesso à Informação, garantem à sociedade o direito de conhecer e acompanhar a gestão dos recursos públicos e a evolução da dívida pública.

Precisamos envolver a sociedade nas discussões e na necessidade dessa auditoria da dívida, no sentido de desarmar essa bomba-relógio, sem alarmismo ou ideologismo.

É necessário consultar o TCU, órgão técnico sério e competente, e aproveitar sua capacidade institucional para aprofundar o conhecimento sobre a dívida e apresentar alternativas.

Precisamos enfrentar esse tema com firmeza e serenidade. Caso contrário, seremos eternamente condenados a ser um país do terceiro mundo, com uma crise econômica e social continuada por longo tempo.

Uma âncora fiscal eterna, em que pacotes fiscais não passam de aspirina para um paciente gravemente enfermo, com graves impactos na saúde, na educação e no nosso desenvolvimento.

É HORA DE ENFRENTAR O DRAGÃO DA MALDADE

É hora de enfrentar o dragão da maldade e reestruturar parte da dívida de curto prazo, sem calote, para não termos que fazê-lo de forma compulsória, por meio de um calote.

Estamos diante de um problema que exige coragem política, responsabilidade econômica e transparência. A auditoria da dívida pública, a redução da Selic e a reestruturação responsável dos compromissos financeiros do Estado precisam integrar uma agenda nacional de desenvolvimento.

O Brasil não pode continuar sacrificando investimentos, empregos e serviços essenciais para sustentar indefinidamente um modelo que pressiona as contas públicas e compromete o futuro de sua população.

Pernambuco tem 3.474 vagas em concursos e seleções; salários chegam a R$ 13,5 mil

Maurício Ferry/DP



Pernambuco reúne 3.474 vagas em concursos públicos e processos seletivos com inscrições abertas em novembro. As oportunidades contemplam candidatos com escolaridade do ensino fundamental ao superior, e os salários podem chegar a R$ 13.560. Os prazos variam conforme o órgão, com inscrições previstas até dezembro.

A maior parte das vagas está concentrada na área de segurança pública. Juntas, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar oferecem 3.205 oportunidades, o equivalente a cerca de 92% do total.

A Polícia Militar de Pernambuco disponibiliza 1.320 vagas para candidatos com formação de níveis médio e superior. A remuneração pode chegar a R$ 12.937,33, e as inscrições terminam na quinta-feira (5).

O Corpo de Bombeiros Militar oferece outras 570 vagas, também para níveis médio e superior, com salários de até R$ 12.937,33. O prazo de inscrição também termina em 5 de novembro.

Já a Polícia Civil reúne 1.315 vagas para diferentes cargos, com remuneração de até R$ 13.560. Nesse caso, os interessados podem se inscrever até 16 de dezembro.

Fora da área de segurança, há oportunidades em três prefeituras do estado. Na Zona da Mata Norte, a Prefeitura de Goiana oferece 166 vagas para profissionais de níveis médio, técnico e superior. Os salários chegam a R$ 8.926,43, e as inscrições seguem até 17 de novembro.

Também na Zona da Mata Norte, a Prefeitura de Ferreiros abriu seleção para 57 vagas destinadas a candidatos de diferentes níveis de escolaridade, incluindo ensino fundamental. A remuneração pode chegar a R$ 4.179,47. O prazo termina em 19 de novembro.

No Agreste, a Prefeitura de São Caetano oferece 46 vagas para candidatos com níveis médio e superior. Os salários chegam a R$ 3.242, e as inscrições podem ser realizadas até 10 de dezembro.

Fim da escala 6x1 começa em dezembro e pode elevar custos das empresas e preços ao consumidor



A mudança nas regras da jornada de trabalho, com o fim da escala 6x1, começa a valer em 15 de dezembro de 2026 e deve exigir adaptações de empresas da indústria, do comércio e do setor de serviços. A redução da carga horária, sem diminuição salarial, gera preocupação entre representantes do setor produtivo, que apontam possíveis aumentos nos custos operacionais e repasses aos preços de produtos e serviços.

A Emenda Constitucional nº 141/2026, promulgada pelo Congresso Nacional em 16 de outubro, estabelece uma transição em duas etapas. A partir de 15 de dezembro, o limite máximo da jornada semanal passa de 44 para 42 horas, com garantia de dois dias de descanso remunerado. Em dezembro de 2027, o limite será reduzido novamente, chegando a 40 horas semanais.

As empresas terão de reorganizar as escalas de trabalho e avaliar a necessidade de novas contratações para manter o funcionamento das atividades. Outra possibilidade é o pagamento de horas extras, o que também pode elevar as despesas com pessoal.

O advogado trabalhista João de Castro, presidente da Comissão de Direito do Trabalho da OAB Olinda, explica que os dois dias de folga não precisam ser consecutivos e podem ser distribuídos ao longo da semana. Ele também aponta dúvidas sobre a aplicação das novas regras e as possibilidades de compensação de jornadas.

Segundo o advogado, atividades consideradas essenciais, inadiáveis e contínuas, como serviços médico-hospitalares, segurança pública, transporte coletivo e vigilância, possuem particularidades. A aplicação das regras também exige atenção à regulamentação complementar para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.

SETOR PRODUTIVO PREVÊ AUMENTO DE CUSTOS

A Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe) manifestou preocupação com os efeitos da redução da jornada. A entidade acompanha o posicionamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que estima aumento de até R$ 267,2 bilhões nos custos de produção caso a jornada seja reduzida para 40 horas semanais.

O levantamento da CNI também projeta uma queda de 0,7% no Produto Interno Bruto (PIB), equivalente a R$ 76,9 bilhões, e uma possível alta média de 6,2% nos preços ao consumidor. Entre os segmentos analisados, a estimativa é de aumento de 5,7% nas compras de supermercados, 6% nos produtos industrializados e 6,6% em roupas e calçados.

No setor de bares e restaurantes, a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) estima que os custos com a folha de pagamento podem aumentar em até 20%. A entidade alerta que a dificuldade para contratar profissionais poderá levar estabelecimentos a reduzir horários de atendimento ou deixar de funcionar em determinados dias.

Economista aponta possibilidade de aumento do consumo

A economista Poema Isis de Souza, professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e conselheira do Conselho Regional de Economia de Pernambuco (Corecon-PE), reconhece o risco de repasse de custos aos consumidores e de aumento do desemprego. No entanto, avalia que os efeitos podem ser reduzidos com planejamento e ganhos de produtividade.

"Existe o risco de uma parte desse custo ser repassado ao preço final e de haver aumento do desemprego? Existe. Porém, deve haver conscientização, planejamento dessas jornadas internas nas empresas e a observância na produtividade", afirmou.

A economista também destaca que a ampliação do tempo livre pode estimular o consumo e movimentar setores como turismo, lazer, restaurantes e alimentação fora do lar.

"Se a pessoa está em casa, ela vai demandar outros serviços que serão ofertados por empresas e novos setores. Isso também faz a economia do lazer e do turismo aquecer", avaliou.

A mudança, portanto, coloca empresas diante do desafio de reorganizar suas operações, enquanto o impacto sobre preços, empregos e consumo dependerá da capacidade de adaptação de cada setor.

Com informações do Diário de Pernambuco.

Inadimplência bate recorde no Brasil e atinge 84,2 milhões de pessoas, aponta Serasa

O número de brasileiros com dívidas em atraso chegou a 84,2 milhões em setembro de 2026, o maior patamar da série histórica da Serasa. O levantamento representa um crescimento de 6% em relação ao mesmo mês de 2025, quando havia 79,4 milhões de pessoas inadimplentes. Na comparação com agosto deste ano, quando foram registrados 83,9 milhões, também houve aumento.

De acordo com o Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas, divulgado pela Serasa nesta segunda-feira (2), o volume total dos débitos alcançou R$ 597,4 bilhões. Desde 2020, o número de consumidores negativados cresceu 34,17%.

A dívida média por pessoa chegou a R$ 7.093,83, valor equivalente a aproximadamente 4,4 salários mínimos. O levantamento também mostra que bancos e cartões de crédito concentram a maior parcela dos débitos, com 27,16% do total.

As financeiras aparecem pela primeira vez na segunda posição entre os principais credores, respondendo por 20,66% das dívidas. Já as contas básicas, como água, luz e gás, representam 20,32% e passaram para o terceiro lugar.

PERFIL DOS INADIMPLENTES

As mulheres correspondem a 50,5% das pessoas com contas em atraso, enquanto os homens representam 49,5%.



A faixa etária de 41 a 60 anos concentra a maior parcela dos inadimplentes, com 35,7%. Em seguida aparecem pessoas entre 26 e 40 anos, que representam 33,2%. Os consumidores com mais de 60 anos correspondem a 20,1%, enquanto os jovens de 18 a 25 anos representam 11%.

FEIRÃO OFERECE DESCONTOS PARA RENEGOCIAÇÃO

Diante do cenário, a Serasa realiza, entre 3 de novembro e 6 de dezembro, mais uma edição do Feirão Limpa Nome. A iniciativa reúne aproximadamente 3,3 mil empresas e disponibiliza mais de 750 milhões de ofertas de negociação, com descontos que podem chegar a 99%.

As negociações podem ser feitas pela internet ou presencialmente em mais de 7 mil agências dos Correios. Segundo a Serasa, o consumidor que pagar a dívida via Pix poderá ter a negativação retirada após a confirmação do pagamento.